



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Educação e Política Social.

Os limites das pedagogias da infância na educação infantil

Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares¹
Ana Carolina Galvão²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo demonstrar a hegemonia das pedagogias da infância e seus limites na educação infantil a partir de um levantamento de pesquisas, teses, dissertações e trabalhos do GT 07 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) – Educação de crianças de 0 a 6 anos –, do período de 2010 a 2021. Firmado no referencial teórico da pedagogia histórico-crítica, assinala que as pedagogias da infância ao proporem uma espécie de “desescolarização” afastam do processo de ensino e de aprendizagem as explicações científicas mais elaboradas acerca do desenvolvimento humano e fragilizam os avanços alcançados para esta etapa.

Palavras-chave: Pedagogias da Infância; Ensino; Pedagogia Histórico-Crítica.

The limits of Pedagogies in the Early Childhood Education

Abstract: This piece aims at showing the hegemony of childhood pedagogies and its limits in the childhood education based on a survey of researches, thesis and works of the GT 07 of the National Association of Post-Graduation and Research in Education (Anped) – Education of children between ages 0 to 6 –, from 2010 to 2021. Based on the theoretical referential of the historic-critical pedagogy shows that the childhood pedagogies when proposing a sort of “unschooling” push away from the learning process most elaborated scientific explanations about the human development and weaken the advances attained for this phase.

Keywords: Childhood Pedagogies; Teaching; Historic-Critical Pedagogy.

INTRODUÇÃO

A teoria pedagógica histórico-crítica tem como princípio a indissociabilidade entre prática social e prática educativa e, portanto, toma a história como exigência e o *trabalho* em sua dimensão ontológica como central. Assim, considera que a natureza humana é uma construção social a partir da natureza biofísica, sendo o trabalho educativo uma atividade cuja finalidade se volta à produção da humanidade ao longo da

¹ Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santos (Ufes); Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma Universidade. Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Colégio de Aplicação Criarte/Ufes. E-mail: lucianaprgs@gmail.com.

² Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); Professora do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma Universidade. E-mail: galvao.marsiglia@gmail.com.

história e de modo coletivo. Por conseguinte, a pedagogia histórico-crítica compreende a educação como fenômeno próprio dos indivíduos, sendo ao mesmo tempo *trabalho e necessária para o trabalho*; é, portanto, algo intrínseco ao ser humano, uma *segunda natureza* (SAVIANI, 2013).

Sendo assim, o objeto da educação se refere, ao mesmo tempo, aos elementos culturais essenciais e a consideração das formas mais adequadas para assimilação. Essa teoria pedagógica, adverte, então, que a razão de ser da escola é o atendimento aos interesses dos indivíduos concretos, pelo acesso ao saber sistematizado. Assim, desde a mais tenra idade, ainda na educação infantil, para que se tenha um projeto social de humanização nos termos de uma segunda natureza, a transmissão-assimilação do conhecimento precisa se organizar a partir dos conteúdos mais significativos alcançados pela experiência humana, expressão da *práxis*, e das melhores formas, de modo que haja a apropriação do que se pretende.

O entendimento do trabalho e da educação como constituintes da própria condição humana é determinante para que o processo de escolarização iniciado na infância favoreça que os indivíduos avancem na compreensão crítica da reciprocidade entre educação e sociedade. Contudo, as pedagogias hegemônicas que vêm conduzindo a educação infantil, as chamadas *pedagogias da infância*, apresentam limites substanciais nessa direção: a supervalorização da criança em detrimento do trabalho docente, a negação do ensino e, por consequência, a desvalorização da escola. São pedagogias tributárias do *aprender a aprender* (DUARTE, 2001)³ e, portanto, evidenciam uma contradição que distancia essa etapa da escolarização dos interesses da classe trabalhadora; ao proporem uma espécie de *desescolarização* da educação infantil fragilizam os recentes avanços alcançados para esta etapa.

Assim, com vistas a demonstrar a hegemonia das pedagogias da infância na educação infantil e seus limites, este trabalho apresenta um levantamento de pesquisas realizadas no período de 2010 a 2021 – teses, dissertações e trabalhos apresentados no

3 De acordo com Duarte (2001), o aprender a aprender está relacionado ao movimento da pedagogia nova, além de se vincular ao neoliberalismo e ao movimento pós-moderno. Voltam-se a esse lema diversas pedagogias que em essência têm posicionamentos valorativos comuns: possibilidade de o aluno aprender sozinho; o método se sobrepõe ao conhecimento; as necessidades cotidianas são entendidas como suficientes para estimular os alunos; a educação deve ser compreendida como preparação do indivíduo para uma sociedade em constante mudança.

grupo de trabalho (GT) *Educação de crianças de 0 a 6 anos* – GT 07 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Os resultados mostram a predominância e a defesa de práticas espontaneístas e assistemáticas na educação infantil, pois uma compreensão equivocada de que a aprendizagem ocorre naturalmente bastando apenas que sejam respeitados os interesses e ritmos das crianças. O trabalho docente é reduzido a acompanhar as indicações infantis e os conhecimentos científicos acerca do desenvolvimento humano em cada período da vida não comparece como critério para organização do trabalho pedagógico.

Diante disso, torna-se evidente as fragilidades a que a educação infantil está submetida na medida em que o processo de ensino e de aprendizagem nesta etapa da escolarização se afasta das explicações científicas mais elaboradas. Em contrapartida, de acordo com as prerrogativas da teoria pedagógica histórico-crítica, é preciso insistir a respeito da importância de promover situações de ensino que garantam o desenvolvimento das crianças em suas máximas possibilidades.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com vistas a situar os debates acerca da educação infantil desde a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) em fins de 2009, sob o ponto de vista da teoria pedagógica histórico-crítica, realizamos um levantamento de teses e dissertações no Portal de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, diante de algumas instabilidades neste sítio eletrônico, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O período considerado para a busca foi de 2010 a 2021 e foi estabelecida relação entre os descritores *educação infantil* e *pedagogia histórico-crítica* e os dados gerados dessa busca confrontados aos resultados de uma segunda busca utilizando os descritores *infância* e *pedagogia histórico-crítica*. Desse processo, a partir da leitura do resumo, foram selecionadas 55 pesquisas (43 dissertações e 12 teses) referidas à primeira etapa da educação básica e fundamentadas na pedagogia histórico-crítica, das quais examinamos os objetivos e as conclusões.

Além das teses e dissertações, foram considerados os trabalhos completos, pôsteres e resumos expandidos apresentados no grupo de trabalho intitulado *Educação*

de crianças de 0 a 6 anos – GT 07 da ANPEd. A consideração desse locus de busca se deu por essa entidade congregar os programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação e pesquisadores, e também por exercer influência na formulação e desenvolvimento das políticas em educação no Brasil. Especificamente o GT 07 foi considerado por ser representativo, desde sua criação, da luta pela efetivação do direito das crianças à educação infantil e, portanto, sua consideração possibilitou acesso a dados substanciais da constituição do debate da área, que foram cotejados aos resultados das teses e dissertações consideradas.

A partir do levantamento realizado no GT 07 referente ao período de 2010 a 2021, foram identificados um total de 217 trabalhos (126 trabalhos completos, 32 pôsteres e 59 resumos expandidos) apresentados nas oito reuniões realizadas no intervalo de tempo considerado, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Número de trabalhos apresentados nas Reuniões Nacionais da ANPEd GT – 07 Educação de crianças de 0 a 6 anos

ANPEd GT 07 – EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS							
33 ^a Reunião (2010)	34 ^a Reunião (2011)	35 ^a Reunião (2012)	36 ^a Reunião (2013)	37 ^a Reunião (2015)	38 ^a Reunião (2017)	39 ^a Reunião (2019)	40 ^a Reunião (2021)
17 trabalhos completos	15 trabalhos completos 4 Pôsteres	18 trabalhos completos 5 Pôsteres	12 trabalhos completos 3 Pôsteres	27 trabalhos completos 8 Pôsteres	17 trabalhos completos 4 Pôsteres	20 trabalhos completos 8 Pôsteres	59 resumos expandidos

Fonte: A autora (2021).

Os trabalhos foram submetidos aos seguintes critérios de análise: a) selecionar quais se referem à educação infantil e à prática pedagógica nesta etapa educacional; b) identificar sob quais perspectivas teóricas as pesquisas selecionadas se fundamentaram; c) observar quais têm sido os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento das pesquisas *sobre/com* crianças. Assim, procedemos à análise do título de todos os trabalhos identificados inicialmente no *site* da ANPEd e em seguida procedemos à leitura dos resumos. Em alguns casos foi necessário um exame do texto na íntegra para identificar os elementos estabelecidos como critérios de análise em

virtude de alguns resumos não expressarem as informações que almejávamos localizar.

Assim, de posse de um conjunto de resultados apresentados por pesquisadores que tomaram a educação infantil como referência para suas análises, foi possível depreender os rumos dos debates em torno dessa etapa da escolarização.

A NECESSÁRIA AFIRMAÇÃO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA DIANTE DAS PEDAGOGIAS HEGEMÔNICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Existe uma articulação entre a pedagogia histórico-crítica e a psicologia histórico-cultural, o que significa dizer que a psicologia histórico-cultural é o fundamento psicológico da pedagogia histórico-crítica ao passo que esta teoria pedagógica medeia aquele aporte teórico-psicológico no campo da educação escolar (MARTINS, 2021). Nessa direção, há muitos pontos de encontro entre pedagogia e psicologia nas teses e dissertações analisadas. Ora os aspectos pedagógicos tiveram centralidade, ora os fundamentos psicológicos, a depender do objeto de investigação. Para fins de exposição dos resultados, optamos por apresentar nossas conclusões a respeito das buscas realizadas a partir dos descritores *educação infantil*, *infância* e *pedagogia histórico-crítica* fazendo referência à *centralidade dos aspectos pedagógicos* e à *centralidade dos aspectos psicológicos*, mas sem desconsiderar os atravessamentos entre pedagogia e psicologia, segundo o fundamento teórico que subsidiou nossas análises.

Dentre as pesquisas selecionadas, identificamos 9 teses e 37 dissertações voltadas à *centralidade dos aspectos pedagógicos*. Nas teses, observamos os seguintes temas: gestão da educação infantil; articulações entre pedagogia histórico-crítica e uma proposta pedagógica municipal e entre pedagogia histórico-crítica e prática pedagógica; planejamento pedagógico a partir da língua portuguesa; possibilidades pedagógicas para o ensino da brincadeira de papéis sociais e a intervenção nesse processo, assim como as implicações para o desenvolvimento do psiquismo e as relações com a formação de professores.

Nas dissertações, observamos discussões pedagógicas mais direcionadas a algumas áreas do conhecimento: educação física, matemática, ciências naturais, artes (teatro) e educação ambiental e uma pesquisa cujo objetivo foi caracterizar e analisar a proposta pedagógica para educação infantil da Secretaria Municipal de Educação de

Bauru/SP, referente à área de ciências da natureza. Também observamos pesquisas voltadas às modalidades educação do/no campo e educação especial e sobre a experiência cubana na educação infantil. A identificação de tais dissertações nos indica que áreas do conhecimento específicas têm buscado compreender seu desenvolvimento na educação infantil colocando em pauta os conhecimentos escolares nessa etapa educacional e também indica que a inclusão dos alunos público-alvo da educação especial é tema tratado pela pedagogia histórico-crítica na educação infantil bem como a educação do/no campo, ainda que esses temas tenham aparecido em menor número. A pesquisa voltada à realidade cubana também representa importante contribuição ao desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica na medida em que ao nos apresentar ponderações quanto às aproximações e distanciamentos da experiência de educação integral cubana com a proposta histórico-crítica coloca-nos diante de uma outra experiência que também se pretende revolucionária.

Também foram tema das dissertações mais voltadas aos aspectos pedagógicos as brincadeiras de papéis sociais, a intervenção docente nesse âmbito e suas relações com o desenvolvimento infantil; recomendações sobre a linguagem escrita nas DCNEI; o trabalho docente e a formação de professores na educação infantil; leitura literária; integração da educação infantil ao sistema nacional de educação; as influências dos chamados *estudos da infância* na educação infantil; constituição das instituições de educação infantil em Cascavel-PR, uma pesquisa com viés histórico; avaliação na educação infantil; proposta curricular do município de Fortaleza-CE e uma pesquisa sobre as contribuições da pedagogia histórico-crítica de modo geral para o ensino na educação infantil.

No que se refere à *centralidade dos aspectos psicológicos*, observamos 3 teses e 6 dissertações. Nas teses, os temas observados foram o desenvolvimento da atenção na educação do pré-escolar; os mecanismos interpessoais e interpíquicos e a relação com o ensino e a avaliação do desenvolvimento na educação infantil. Nas dissertações observamos os temas: desenvolvimento da imaginação, da memória e dos conceitos científicos; os domínios essenciais ao desenvolvimento da linguagem escrita; o desenho como atividade produtiva e acessória na idade pré-escolar e as concepções de criança e desenvolvimento infantil.

Na totalidade dos trabalhos, observamos maior incidência de pesquisas que

buscaram compreender a intervenção docente nos processos de brincadeiras de papéis sociais, o que situou as discussões na faixa etária de crianças pré-escolares. Também as pesquisas relacionadas a áreas do conhecimento ou propuseram discussões mais gerais no âmbito da educação infantil ou se voltaram a crianças de quatro e cinco anos de idade. A partir da busca realizada por meio dos procedimentos indicados, não foram identificadas, portanto, pesquisas relacionadas às crianças menores, comumente referidas na educação infantil como crianças bem pequenas ou bebês. Assim, na faixa etária de zero a três anos de idade, período referência para a atividade de comunicação emocional direta e para a atividade objetal manipulatória como *atividades-guia* desse momento particular do desenvolvimento, não foram identificadas teses e dissertações fundamentadas na pedagogia histórico-crítica no período considerado. Contudo, posteriormente, tomamos conhecimento da dissertação de Cheroglu (2014), cujo objetivo foi sistematizar conhecimentos da psicologia histórico-cultural com a finalidade de subsidiar teórico-praticamente a organização da atividade de ensino para essa faixa etária. Essa pesquisa se estruturou a partir do levantamento dos conhecimentos já produzidos no âmbito da psicologia histórico-cultural e que podem contribuir para a organização do ensino para a faixa de zero a três anos de idade. Também a autora constatou no momento de realização de sua dissertação poucas publicações científicas sobre a organização do ensino para as crianças de zero a três anos de idade e, quanto a isso, afirma:

Percebemos essa ausência como a expressão de um fenômeno histórico que, posto a descoberto, revela o processo de formação das instituições que recebem a criança pequena – consideradas espaços de assistência e manutenção do cuidado deslocado do ato de educar (CHEROGLU, 2014, p. 124).

Mais pesquisas se dedicaram a desenvolver sobre formação de professores e trabalho docente na educação infantil em comparação a outros temas, o que entendemos como relevante, pois situa criticamente o trabalho docente exercido e os desafios para a formação inicial e continuada de professores. Essa discussão é premente na educação infantil dado que a formação de professores – diretamente relacionada à identidade docente – nessa etapa é ainda mais precária. A pesquisa de Lopes (2015), que tratou sobre a identidade do professor da educação infantil, por exemplo, demonstra o quanto uma formação crítica é necessária, pois ao docente dessa etapa

educacional está vinculada a ideia de profissão como sacerdócio e caracterizada pelo gostar de crianças em detrimento do domínio dos conhecimentos científico-pedagógicos.

Nas teses e dissertações, ainda que os pesquisadores tenham destacado em suas análises as contradições, os resultados mostram a predominância de práticas espontaneístas e assistemáticas na educação infantil. Diante disso, de acordo com as prerrogativas da teoria pedagógica histórico-crítica, os pesquisadores reiteraram, insistentemente, a respeito da importância de promover situações de ensino que garantam o desenvolvimento dos alunos (CHEROGLU, 2014; DORNELAS, 2017; BRIGATTO, 2018; CLAUDINO-KAMAZAKI, 2019; LIMA, 2019; CASTRO, 2019; ASSIS, 2021).

Também a dissertação de Vatanabe (2019), que se desenvolveu a partir da análise das DCNEI, com ênfase na linguagem escrita, e a tese de Saccomani (2018), relacionada à aprendizagem da língua portuguesa com vistas a contribuir para o planejamento pedagógico na educação pré-escolar, tomadas como exemplo, constataram a naturalização da aprendizagem e a pouca intencionalidade e sistematização do trabalho docente na educação infantil. Em contrapartida, as autoras também afirmaram que o desenvolvimento das crianças é dependente da forma pela qual os professores trabalham com os conteúdos em cada momento do desenvolvimento infantil, assim como Silva (2017b), ao afirmar que a conduta do professor é um fator decisivo na dinâmica de formação das regularidades do comportamento infantil. Ou seja, o trabalho pedagógico incide sobre o desenvolvimento (SILVA, 2019b). E, de acordo com Magalhães (2016), a psicologia histórico-cultural, ao explicar cientificamente o desenvolvimento humano, pode se colocar à serviço das práticas pedagógicas, pois a atividade-guia de cada período da vida como unidade de análise possibilita compreender a indissociabilidade entre desenvolvimento, aprendizagem e ensino.

Escudeiro (2014) observou que existe uma contradição entre o ato de ensinar e o que realmente é oferecido à infância no contexto escolar e, de diferentes maneiras as pesquisas destacaram a importância da organização intencional e planejada do ensino pelos professores, pois o ensino pode garantir conquistas psíquicas decisivas para o desenvolvimento dos alunos. Várias foram as pesquisas que afirmaram a importância

da escola como espaço de transmissão do saber histórico e o necessário investimento na formação de professores para que possam se apropriar dos conhecimentos sobre desenvolvimento infantil e compreender o trabalho docente como práxis.

É possível afirmar, portanto, que a educação infantil está sob forte influência dos ideais neoliberais, que se expressam em uma *pedagogia antiescolar* (PASQUALINI, 2006), o que tem refletido de forma negativa não só no ensino, mas também na própria formação docente para esta etapa. As pesquisas indicam que – embora seja inegável os avanços alcançados ao ser a educação das crianças pequenas incluída na educação escolar –, não foi possível perceber ainda uma ruptura com a lógica neoliberal. Pelo contrário, observa-se um alinhamento à ideologia dominante, representado pelo ideário do *aprender a aprender*, que se faz presente nas pedagogias da infância, o que justifica e promove um esvaziamento de conteúdos escolares na educação infantil.

Ainda que seja a educação um aspecto da prática social por meio do qual não temos a totalidade das forças para a transformação, é evidente a necessária instrumentalização dos professores com ferramentas teórico-científicas para o desenvolvimento do trabalho educativo, pois incide diretamente na qualidade do trabalho que realizam; favorece a formação (em si e nos alunos aos quais dirigem o trabalho pedagógico) de uma outra consciência, não mais obnubilada por uma estética vazia e romântica ou uma ética verbalista, panfletária, mas comprometida com outras formas de produzir a existência. Podemos afirmar que a teoria pedagógica histórico-crítica é capaz de dar respostas concretas à prática educativa, uma vez que não prescinde da vinculação entre prática educativa e prática social e, portanto, se contrapõe e avança em relação ao que as *pedagogias da infância* advogam.

Contudo, essa teoria pedagógica não compareceu nos últimos anos nas discussões mais específicas da área da educação infantil, concentradas no GT 07 da Anped. Segundo Rocha (2008), a partir da 22ª Reunião Anual da ANPED, realizada em 1999, esse GT começou a privilegiar pesquisas de áreas de conhecimentos que se voltavam ao tema infância/criança, até então pouco presente no debate, tendo como prerrogativa a nova tendência em torno do reconhecimento das crianças. A partir de diferentes bases teóricas, os trabalhos afirmavam as crianças como sujeitos sociais, como reprodutoras e produtoras da cultura e a consideração de tais pressupostos nas

pesquisas. Logo, estava colocado, segundo a autora, que os modos de atuação para com as crianças precisavam assumir novos contornos no sentido de reconhecer e valorizar as

[...] expressões infantis, contrariando a lógica comunicacional adultocentrada, para possibilitar uma relação mais comunicativa e um desafiador processo de aproximação com os diferentes grupos infantis” dando andamento a constituição de um “campo pedagógico da infância (ROCHA, 2008, p. 60).

Martins Filho (2010), também ao se referir a um conjunto de trabalhos apresentados no GT 07, assim como Rocha (2008), afirmou que a perspectiva teórica da sociologia da infância se coloca como “interlocutora privilegiada no âmbito de constituição de uma *Pedagogia da Infância*” (MARTINS FILHO, 2010, p. 6, grifo do autor) e que no Brasil a sociologia da infância é destaque nas pesquisas com crianças e vêm contribuindo para debates teórico-metodológicos entre educação e sociologia. Nesse sentido, o autor afirmou a crescente tendência em legitimar o lugar das crianças nas pesquisas por meio de registros de suas próprias falas, comportamentos e culturas; que infância e criança são categorias sociais e históricas e que, portanto, essa compreensão contribui para superar o caráter evolucionista, biologizante e desenvolvimentista. Também constatou que *socialização, aprendizagem e desenvolvimento infantil* estão inter-relacionados nas pesquisas analisadas, embora não se detenham muito à compreensão dos processos de aprendizagem e do desenvolvimento infantil, mas em sua maioria aos processos de socialização, com ênfase nas interações entre adultos e crianças.

Em comparação com as considerações de Rocha (2008) e de Martins Filho (2012), observamos que no período de 2010 a 2021 as pesquisas apresentadas no GT 07 seguiram os mesmos caminhos. Dos 217 trabalhos analisados, foram considerados 104 e, destes, 48 pautaram-se na sociologia da infância ou em outras abordagens convergentes à pedagogia da infância; 12 fundamentaram-se na perspectiva histórico-cultural; 11 afirmaram estar baseados no referencial histórico-cultural e na sociologia da infância e no referencial histórico-cultural associado a perspectivas convergentes às pedagogias da infância; 18 foram agrupados por se basearem em uma diversidade de perspectivas; 15 não evidenciaram nitidamente suas bases teóricas, mas infere-se que se firmam nas ideias das pedagogias da infância em virtude de algumas afirmações apresentadas; e nenhum teve a pedagogia histórico-crítica como referencial teórico.

Também a pedagogia histórico-crítica não foi mencionada por Rocha (2008) e Martins Filho (2012) em suas considerações acerca de levantamentos no GT 07 realizados anteriormente.

Destacamos quatro pesquisas (3 trabalhos completos e 1 pôster) à parte das 104 selecionadas conforme os critérios iniciais, por pautaram-se explicitamente no materialismo histórico-dialético (sem menção à pedagogia histórico-crítica): uma relacionada ao papel da coordenação pedagógica na educação infantil; uma sobre o Programa Proinfância⁴; outra sobre concepções de método em teses e dissertações que versam sobre professores de educação infantil; e, por fim, uma que considerou a “perspectiva marxista”, mas não relacionada à educação infantil. Assim, evidenciamos que tanto a psicologia histórico-cultural, quanto o método materialista histórico-dialético, afins à pedagogia histórico-crítica, não são representativos no conjunto dos trabalhos identificados no GT 07.

Verificamos também que pesquisas com enfoque na luta por direitos, relacionadas à política educacional e ao currículo, atravessam o GT 07 tendo em muitos casos como referência o conteúdo da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, dos Referenciais Curriculares para a Educação Infantil, das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, da Base Nacional Comum Curricular e de alguns documentos internacionais, nem sempre sendo possível identificar o referencial teórico.

Concluimos que não só as pesquisas se voltaram diretamente às crianças e suas percepções sobre seus modos de viver, defendendo seus direitos e, portanto, políticas para a infância, mas se colocaram também a debater (ainda que em menor número) quais as melhores estratégias para estabelecer esse diálogo com as crianças de modo não só a atender os pressupostos investigativos, mas afirmar as concepções teóricas subjacentes. Observamos, portanto, a afirmação constante de uma concepção de infância/criança alicerçada na ideia de sujeito histórico e de direitos, trazendo à tona a importância da garantia de modos de viver dignos para as crianças e a responsabilidade social quanto à educação das novas gerações.

Embora seja evidente nosso acordo com tais argumentações, quando adentram

4 Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). Para saber mais, acesse: <https://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia>.

o campo educacional sem bases pedagógicas sólidas, se esvaziam, se transformam em verbalismo e ativismo (SAVIANI, 2019) e, portanto, se voltam contra as próprias crianças na medida em que, ao serem levadas às últimas consequências, no fim, retiram da escola sua função de ensinar. Em nome da superação de proposições mecânicas e descontextualizadas de ensino e de aprendizagem (que certamente devem ser combatidas e superadas), consideram que as interações com as crianças a partir de seus interesses são suficientes para estruturar o trabalho educativo.

Vejamos que a partir dos enunciados dos debates realizados no GT 07 – especialmente em relação ao que Martins Filho (2012) constatou em relação à predominância de pesquisas com ênfase na socialização em detrimento de pesquisas diretamente voltadas à aprendizagem e ao desenvolvimento infantil – ensinar e aprender na educação infantil são tomados por perspectivas teóricas que desconsideram a centralidade da pedagogia no processo educativo ao mesmo tempo em que advogam uma proposta pedagógica considerada inovadora, sem se atentarem à necessária consideração da gênese e complexificação de como as crianças aprendem. Ao defenderem a importância de constituição de uma identidade para a educação infantil, em nome da garantia dos direitos e especificidades das crianças, romantizam a infância e não explicam cientificamente o processo de ensino e de aprendizagem, o que tem muitas implicações negativas para o trabalho pedagógico, especialmente nessa etapa educacional.

A constatação de Rocha (2008) quanto à psicologia histórico-cultural ter se destacado inicialmente nas pesquisas sobre infância/crianças como base teórica, em relação a nossa constatação atual de que as pesquisas se inclinaram a outras referências teóricas, nos leva a questionar a ausência da pedagogia como referente de análise nesses estudos, ao passo que também as marcas assistencialistas da educação das crianças pequenas parecem corroborar essa ausência. Embora a psicologia histórico-cultural nos ofereça base científica para a compreensão do desenvolvimento humano, se a questão que se coloca é a educação escolar, a ausência dos elementos didático-pedagógicos articulados dialeticamente aos fundamentos psicológicos fragiliza a função da escola e, especificamente, no caso da educação escolar das crianças pequenas, que ainda carece de identidade, justifica a preponderância de outras áreas a despeito da pedagogia. Como observado, os estudos se voltaram a outros referentes,

como os oferecidos pela antropologia, sociologia, filosofia, dentre muitos outros como os identificados no levantamento de pesquisas realizado. Não se trata de negar tais contribuições, mas colocar em evidência as fragilidades a que a educação infantil está submetida na medida em que o processo de ensino e de aprendizagem se afasta das explicações científicas mais elaboradas, o que deveria ser objeto fundamental da pedagogia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que as *pedagogias da infância* têm conduzido os debates da educação infantil, o que implica em um determinado processo formativo para as crianças pequenas. Defendemos que esse debate avance no sentido de afirmar o ensino para esta etapa, pois essa discussão é decisiva para a proposição de práticas pedagógicas que enriqueçam o universo de significação das crianças, principalmente das mais pobres, as mais alijadas de direitos. Não podemos perder de vista que a importância da garantia de modos de viver dignos para as crianças e a responsabilidade social quanto à educação das novas gerações passa, necessariamente, pelo acesso aos bens culturais.

Entendemos que a pedagogia histórico-crítica oferece ao debate importantes contribuições, pois ao afirmar a indissociabilidade entre prática social e prática educativa desnuda as pedagogias hegemônicas, vinculadas à “novidades” pedagógicas e à necessidade de modernização da escola sob a lógica do modo de produção capitalista, tornando evidente o quanto o ensino se torna ameaçado apesar da afirmação da defesa dos direitos das crianças. Essa teoria pedagógica, ao propor, conforme Saviani (2017, 2019): a necessidade de aproximar-se das teorias hegemônicas e identificar suas características estruturais, apreendendo-as em sua concreticidade; a importância da contextualização e da crítica; a necessidade de apontar seus limites, condicionantes e possibilidades de superação, nos indica caminhos para avançarmos na qualificação da educação escolar e, portanto, incide diretamente na real garantia dos direitos das crianças.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Taira Carvalho de. **Pedagogia histórico-crítica: desafios e possibilidades para a educação infantil**. 2021. 98f. Mestrado (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Jataí, Jataí-GO, 2021.

BRIGATTO, Fernanda Oliveira. **A intervenção pedagógica na brincadeira de papéis em contexto escolar: estudo teórico-prático à luz da psicologia histórico-cultural e pedagogia histórico-crítica**. 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara-SP, 2018.

CASTRO, Solange de. **O desenvolvimento das funções psicológicas superiores: uma leitura histórico-cultural para ressignificar as práticas pedagógicas**. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR, 2019.

CHEROGLU, Simone. **Educação e desenvolvimento de zero a três anos de idade: contribuições da psicologia histórico-cultural para a organização do ensino**. 2014. 131f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014.

CLAUDINO-KAMAZAKI, Silvana Galvani. **A relação entre teoria e prática na pedagogia histórico-crítica: análise de uma proposta pedagógica para a educação infantil**. 2019. 313 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara-SP, 2019.

DORNELAS, Daniela Fernandes Lopes. **Linguagem oral de crianças de zero a três anos: concepções e práticas de professoras de educação infantil**. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP, 2017.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

ESCUDEIRO, Cristiane Moraes. **O desenvolvimento da memória na educação infantil: contribuições da psicologia histórico-cultural para o ensino de crianças de 4 e 5 anos**. 2014. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara-SP, 2014.

LIMA, Deivide Telles de. **Corpo(s) em movimento na Educação Física Infantil: contribuições na perspectiva da pedagogia histórico-crítica**. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado em Docência para a Educação Básica) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru-SP, 2019.

MAGALHÃES, Giselle Modé. **Análise da atividade-guia da criança na primeira infância**: contribuições da psicologia histórico-cultural para a avaliação do desenvolvimento infantil dentro de instituições de ensino. 2016. 162 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara-SP, 2016.

MARTINS FILHO, Altino José. Jeitos de ser criança: balanço de uma década de pesquisas com crianças apresentadas na Anped. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2010. In: Reunião Anual da Anped. 35. 2010, Caxambu/MG. **Anais Eletrônicos...** Caxambu/MG: ANPEd, 2010. Disponível em: <http://33reuniaio.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT07-6068--Int.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MARTINS, Lígia Márcia. Os fundamentos psicológicos da pedagogia histórico-crítica e os fundamentos pedagógicos da psicologia histórico-cultural. In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 130-143, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9705>. Acesso em: 29 set. 2021.

PASQUALINI, Juliana Campregher. **Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a educação escolar de crianças de 0 a 6 anos**: desenvolvimento infantil e ensino em Vigotski, Leontiev e Elkonin. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara-SP, 2006.

ROCHA, Eloisa A. Candal. 30 anos da educação infantil na Anped. **Revista Zero-a-Seis**. UFSC: Periódicos, v. 10, n. 17, p. 52-65, jan./jun. 2008.

SACCOMANI, Maria Cláudia da Silva. **A importância da educação pré-escolar para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita**: contribuições à luz da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural. 2018. 342 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara-SP, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

_____. [Entrevista concedida a] Interface – Comunicação, Saúde, Educação. Interface (Botucatu): Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. Botucatu, v. 21, n. 62, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/tPjYjtq6473tpSkqTQkNZWm/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas-SP: Autores Associados, 2019.

SILVA, Célia Regina da. **Análise da dinâmica de formação do caráter e a produção da queixa escolar na educação infantil**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. 2017b. 261 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara-SP, 2017b.

SILVA, Mariana Cristina da. **O desenvolvimento da imaginação e a atividade da criança em idade pré-escolar**. 2019b. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara-SP, 2019b.

VATANABE, Thaís Rocha Barbieri. **Escrita na pré-escola**: a concepção hegemônica, as diretrizes curriculares e os pressupostos contra-hegemônicos da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural. 2019. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara-SP, 2019.